

ANÁLISE SÓCIO-PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS EM CÁCERES, MATO GROSSO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

SOCIO-PRODUCTIVE ANALYSIS OF SETTLEMENTS IN CÁCERES, MATO GROSSO: PUBLIC POLICIES FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT

ANÁLISIS SOCIO-PRODUCTIVOS DE LOS ASENTAMIENTOS EN CÁCERES, MATO GROSSO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DESARROLLO TERRITORIAL

Junior Miranda Scheuer

Doutorando em Ciências Agrárias (UDELAR/Montevidéu). Unidad de Posgrados y Educación Permanente, Facultad de Agronomía, Universidad de la República. Av. Eugenio Garzón, 780. CEP 12900, Montevideo, Uruguay. E-mail: juniorscheuer@yahoo.com.br

Nicolly Seabra Botti

Graduanda em Engenharia Agrônômica (FAESB/SP). Tecnóloga em Agronegócio (FATEC/SP). Rua Onze de Agosto, 2900. CEP: 18277-000, Valinhos, Tatuí/SP. E-mail: nicolybotti@hotmail.com

Sandra Mara Alves da Silva Neves

Dra. em Geografia (UFRJ/Rio de Janeiro). Professora adjunta do Curso de Geografia e do Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Av. Santos Dumont, Bloco 1, Sala 09. Bairro Santos Dumont, Cidade Universitária. CEP 78000-200, Cáceres/MT. E-mail: ssneves@unemat.com.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o sistema sócio-produtivo da agricultura familiar nos assentamentos Bom Sucesso, Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá, localizados no município mato-grossense de Cáceres, na fronteira Brasil-Bolívia. A pesquisa foi realizada com 27 agricultores familiares e a coleta dos dados ocorreu no primeiro semestre de 2014 por meio de entrevista semiestruturada. A formação escolar dos agricultores familiares predominou-se em ensino fundamental incompleto, contraindo matrimônio e organizados em pequenas propriedades, utilizando mão de obra familiar nas atividades agropecuárias (policultura) em uma infraestrutura deficitária. Evidenciou-se a possibilidade de implementação das políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar devido à capacidade produtiva, a proximidade e existência de escolas e de comércio local. Para isso, os agricultores familiares precisam se organizar em associações/cooperativas e os poderes públicos intervir no espaço e promover ações sólidas de desenvolvimento territorial e da agricultura familiar.

Palavras-chave: território; comercialização agrícola; agricultura familiar; políticas públicas.

ABSTRACT

The article aims to analyze the socio-productive system of family farming settlements in Bom Sucesso, Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade and Sapiquá, located in Mato Grosso city of Cáceres, the Brazil-Bolivia border. The survey was conducted with 27 farmers and data collection occurred in the first half of 2014 through semi-structured interview. The schooling of family farmers predominated in incomplete primary education, contracting marriage and organized into small farms, using family labor in agricultural activities (polyculture) in a deficit infrastructure. It showed the possibility of implementing public the Food Acquisition Program and the National School Meal Program policies due to production capacity, proximity and the existence of schools and local businesses. For this, farmers need to organize themselves in associations/cooperatives and public authorities intervene in space and promote sound actions of territorial development and family farming.

Keywords: territory; agricultural marketing; family agriculture; public policies.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar el sistema socio-productivo de la agricultura familiar de los asentamientos de Bom Sucesso, Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade y Sapiquá, ubicada en el municipio mato-grossense de Cáceres, frontera entre Brasil y Bolivia. La investigación se llevó a cabo con 27 agricultores familiares y la recogida de datos se produjo en el primer semestre de 2014 a través de entrevista semi-estructurada. La escolarización de los agricultores familiares predominaron en la enseñanza primaria, lo que refleja el matrimonio y organizados en pequeñas propiedades, utilizando mano de obra familiar en las actividades agrícolas (cultivo mixto) en un déficit de infraestructuras. Es evidente que la posibilidad de aplicación de las políticas públicas del Programa de Aquisição de Alimentos y el Programa Nacional de Alimentação Escolar debido a capacidad productiva, la cercanía y la existencia de las escuelas y el comercio local. Por esta razón, es necesario que los agricultores familiares se organicen en asociaciones o cooperativas y las autoridades públicas intervenir en el espacio y promover acciones sólidas de desarrollo territorial y de la agricultura familiar.

Palabras clave: território; comercialización agrícola; agricultura familiar; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Na Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326, de 24 de julho de 2006) em que estabeleceu-se os “conceitos, princípios e instrumentos” voltados à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais, definiu-se como agricultura familiar as atividades desenvolvidas no meio rural, com propriedades de no máximo quatro módulos fiscais, emprego de mão de obra pelos membros familiares e renda oriunda principalmente da agricultura (BRASIL, 2006).

Na concepção de Sangalli e Schlindwein (2013), entende-se a agricultura familiar uma unidade de produção em que trabalho, terra e família estão inter-relacionados, provendo a subsistência alimentar de grande parte da população (KESSELER et al., 2013) e é capaz de produzir de forma ambientalmente equilibrada, gerando emprego, renda e contribuindo para melhoria na qualidade de vida das pessoas (CORONEL et al., 2013).

A agricultura familiar representa 4.367.902 estabelecimentos no Brasil em uma área 76% inferior que a agricultura patronal (IBGE, 2009), com o emprego de 74,4% da mão de obra do campo (FRANÇA et al., 2009) e corresponde há aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto e, dentre esta porcentagem, 44% é representado pela agricultura familiar do Sul do País, 24% do Sudeste, 16% do Nordeste, 9% do Norte e, 7% do Centro-Oeste (GUILHOTO et al., 2007). Ainda conforme os autores, no estado do Mato Grosso a produção agrícola familiar corresponde a 13,2% do total do PIB estadual.

Os agricultores familiares são responsáveis por garantir boa parte da segurança alimentar do País com a produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos, 21% do trigo, 16% da soja, entre outras (BRASIL, 2011).

Evidencia-se, desta forma, a importância da agricultura familiar ao País, entretanto, o Estado deve agir proativamente com políticas públicas direcionadas ao acesso de crédito rural, assistência técnica, inseminação artificial, mecanização, sementes, formação de canais de comercialização, etc., enfim, ações que objetivam o fortalecimento do pequeno produtor rural e consequente no desenvolvimento territorial (CAVALCANTE; FERREIRA, 2013).

Tratando-se de políticas públicas, na década de 1990 houveram manifestações sociais e políticas em prol da agricultura familiar e em 1996 foi sancionado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e no ano de 2006 a Lei da Agricultura Familiar (MANZANAL; SCHNEIDER, 2011). Dentre outras políticas que visam a promoção da agricultura familiar, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA foi instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), com o

intuito de reforçar os circuitos locais e regionais de abastecimento, dispensando licitações, promovendo o acesso das pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional a alimentos de qualidade e quantidade necessárias para consumo.

Viabilizada através de chamada pública (BRASIL, 2003), o PAA é constituído em cinco modalidades, conforme Decreto Federal nº 7.775, de 4 de julho de 2012: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; Apoio à Formação de Estoques; Compra Institucional; entre outras modalidades definidas pelo grupo gestor (BRASIL, 2012a).

Podem fornecer alimentos ao PAA os agricultores familiares, os assentados do projeto de reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidade tradicionais que se enquadrem na Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Através do PAA o agricultor familiar é beneficiado pela produção a preços pré-fixados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) com base no mercado atual e, os alimentos são distribuídos principalmente no próprio município, promovendo a articulação entre a produção dos agricultores e a demanda local por suplementação alimentar e nutricional de asilos, creches, escolas, etc. (BECKER; ANJOS, 2010; AGAPTO et al., 2012; DIAS et al., 2013).

Camargo et al. (2013) afirmaram que o programa está presente em diversos municípios brasileiros, contribuindo para a revalorização da agricultura familiar, assegurando renda aos agricultores, reduzindo a pobreza rural, garantindo a segurança alimentar as pessoas em estado de insegurança alimentar e desenvolvendo a economia dos municípios.

Com viés similar, o PNAE foi estabelecido pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), com o ensejo de fornecer alimentos à rede pública de educação durante o período letivo, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, aprendizagem e melhorias no rendimento escolar, na formação de práticas alimentares saudáveis com respeito a cultura e as tradições locais.

O PNAE é viabilizado com recurso federal, repassado mensalmente através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, municípios e Distrito Federal, normatizado através da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 (BRASIL, 2013). Em meio às ponderações de execução do programa está a garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de alimentos da agricultura familiar.

De acordo com a Lei (BRASIL, 2009) as escolas municipais e estaduais podem ser beneficiadas pelo PNAE de duas maneiras: centralizada, quando recebem os alimentos ao invés do dinheiro ou descentralizada, no qual a escola é responsável pela aquisição dos alimentos, recebendo diretamente os recursos.

Em pesquisa realizada no município de Araraquara/SP por Menezes et al. (2012), os autores afirmaram que o PNAE contribuiu na alimentação balanceada e segura dos alunos e com custo reduzido. Lopes e Almeida (2012) acrescentaram que o programa minimiza a insegurança alimentar dos estudantes de baixa renda, sendo de extrema importância para combater a fome e a desnutrição.

Decorrente das pesquisas, as políticas públicas do PAA e do PNAE muito provavelmente contribuem com o desenvolvimento territorial uma vez que articulam a organização da agricultura familiar para a produção de alimentos, consequentemente gerando emprego e renda, formando canais de comercialização e dispondo alimentos, de forma gratuita, a população que necessita, além de incitar o desenvolvimento da economia municipal e territorial.

O desenvolvimento territorial, no conceito discutido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como um espaço de articulação e planejamento de políticas públicas que envolvem os estados, municípios e sociedade com o intuito de combater à pobreza, promover a segurança alimentar e nutricional, respeitar os limites e capacidades ambientais e gerar renda aos agricultores familiares (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, Schneider e Tartaruga (2004) e Sabourin (2007) discutiram que o desenvolvimento rural inicia-se na análise das características do território, das relações sócio, econômico e político que envolvem os agricultores familiares e as instituições, aspectos fundamentais para a intervenção por meio das

políticas públicas.

Com base do ponto de partida do desenvolvimento territorial, as políticas públicas devem manter o foco no protagonismo dos autores sociais nos seus espaços, com respeito aos conhecimentos, tradições e capacidades do agroecossistema, almejando a promoção da agricultura familiar com o objetivo de fortalecê-la e inseri-la no mercado (ABRAMOVAY, 2009; CAVALCANTE; FERREIRA, 2013).

Conforme Zart (2011), o acesso as políticas públicas pela agricultura familiar resulta em incentivos à produção e comercialização, refletindo na geração de emprego, minimizando a pobreza no campo e promovendo o desenvolvimento territorial da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2004).

Face ao exposto, objetivou-se analisar o sistema sócio-produtivo da agricultura familiar nos assentamentos Bom Sucesso, Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá, localizados no município mato-grossense de Cáceres, na fronteira Brasil-Bolívia.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no município de Cáceres, estado do Mato Grosso, distante a 215 Km da capital Cuiabá (MATO GROSSO, 2012). O PIB do município no ano de 2012 foi de R\$ 1,106 bilhão, no qual serviços correspondem a 65% do PIB, agropecuária 23% e, indústria, com 12% (IBGE, 2012). A pecuária é uma das principais atividades econômicas, e em menor escala, aparecem a agricultura, comércio, turismo, etc. (DELUQUI et al., 2012)

A agricultura, estabelecida principalmente por pequenos produtores, consolida-se na presença de assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário. Desta forma, investigou-se os agricultores familiares representantes dos assentamentos da reforma agrária de Bom Sucesso, Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá (Figura 1), sendo que, além destes, há outros no município. Nesses assentamentos, assim como nos pesquisados, encontram-se pequenos agricultores que se dedicam a produção, agrícola, pecuária e, em alguns casos, a formação de agroindústrias familiares.

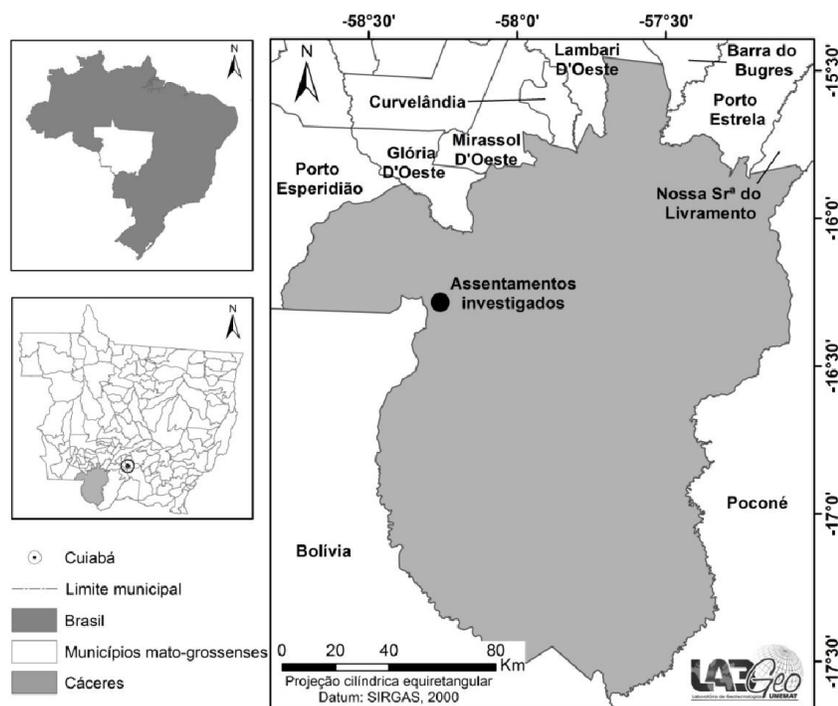


Figura 1 - Assentamentos rurais investigados no município de Cáceres, Mato Grosso.

Adotou-se o método não probabilístico, entrevistando 27 agricultores nos assentamentos citados. A coleta dos dados ocorreu no primeiro semestre de 2014, referente ao ano/safra agrícola de 2013/2014, por meio de entrevista semiestruturada, com registro em formulário composto por 42 perguntas abertas que versavam sobre aspectos sociais dos agricultores, estratificação da área da propriedade, infraestrutura existente e as atividades agrícolas desenvolvidas.

As informações foram integradas quali-quantitativamente por meio de triangulação (BERICAT, 1998) e, para a interpretação quantitativa, utilizou-se o método de análise exploratória de dados (COUTINHO; MIGUEL, 2008) por meio da estatística descritiva, constituída pela frequência absoluta (número de vezes que uma variável assume um valor - FA) e relativa (razão entre a frequência absoluta e o número total de variáveis - FR).

No diagnóstico do material qualitativo, conforme Caregnato e Mutti (2006) empregou-se a análise de conteúdo, objetivando a compreensão, descrição e análise, na perspectiva da construção do conhecimento sobre o contexto investigado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grau de formação escolar dos agricultores familiares dos assentamentos concentrou-se no ensino fundamental incompleto (37%), ensino médio completo (30%), ensino fundamental completo (11%), ensino médio incompleto (8%) e, ensino superior e cursos técnicos (7%). Destes dados constatou-se a baixa instrução dos agricultores familiares e a carência de formação técnica, em especial aquelas com foco na agropecuária. Entretanto, há existência de graduados em parte dos assentamentos no sentido de busca por melhores condições e por políticas públicas aos agricultores da região.

A baixa formação escolar/técnica pode estar associada a um desenvolvimento da agricultura familiar aquém do ideal com técnicas agrícolas inapropriadas, incapacidade de planejamento rural, escoamento da produção deficitária, não atendimento a legislação ambiental e no êxodo rural, principalmente dos jovens.

Hespanhol (2013) apurou que no município de Dracena/SP que a maior parte dos agricultores familiares estudaram até o ensino fundamental completo, diferente dos resultados desta pesquisa devido, possivelmente, pelas condições socioeconômicas e ao acesso as escolas.

Para minimizar os problemas de formação escolar/técnica nos assentamentos, Caldart (2008) afirmou que a educação no campo deve ser pensada em seu território, construída a partir das peculiaridades do meio rural e com a participação dos atores sociais, priorizando as realidades e culturas locais.

Em relação ao estado civil dos assentados evidenciou-se a predominância de casados e, a média de filhos por entrevistado foi inferior a um, ou seja, a cada duas famílias rurais há aproximadamente um filho, inferior a média do estado do Mato Grosso de quase dois filhos por mulher (BRASIL, 2012b) (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição da frequência absoluta e relativa do estado civil dos agricultores familiares dos assentamentos pesquisados.

Estado civil	FA	FR (%)
Casado	17	62,96
Solteiro	5	18,52
União estável	3	11,11
Divorciado	1	3,70
Não respondeu	1	3,70
Total	27	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Nos relatos dos agricultores familiares averiguou-se que alguns possuem residência própria ou moram com seus pais e, mesmo sendo solteiros ou divorciados a mão de obra empregada nas atividades agrícolas é essencialmente oriunda do núcleo familiar, ainda que citaram que há troca de diárias entre os assentados por solidariedade ou até mesmo a contratação externa (GOMES, 2004; SCHEUER, 2015).

No levantamento da área das propriedades rurais dos agricultores familiares os extratos variaram de 20 a 55 hectares, com destaque o de maior estrato (Tabela 2).

Tabela 2 - Estratificação da frequência absoluta e relativa de área das propriedades rurais dos assentamentos pesquisados.

Estrato (hectares)	FA	FR (%)
Não respondeu	4	14,81
10 - 20	0	0,00
20 - 30	1	3,70
30 - 40	5	18,52
40 - 50	3	11,11
50 - 55	14	51,85
Total	27	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A média de área dos sete assentamentos correspondeu a 38 hectares, com maior concentração de agricultores no estrato de 40 a 55 hectares. Conforme Barros (2006) a agricultura familiar está estabelecida em propriedades menores de 100 hectares e Agapto et al. (2012), em pesquisa com os agricultores de Campina do Monte Alegre, verificaram que a maior parte dos estabelecimentos rurais familiares possuem até 50 hectares.

As infraestruturas presentes revelaram o nível de organização das propriedades rurais e a possibilidade de diversificação do sistema produtivo (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição da frequência absoluta e relativa da infraestrutura rural dos assentamentos pesquisados.

Infraestrutura	FA	FR (%)
Cercas	23	19,66
Chiqueiro	18	15,38
Manejo do solo (tração mecanizada)	15	12,82
Curral ou cocheira	14	11,97
Galinheiro	14	11,97
Tulha	14	11,97
Barracão/galpão	8	6,84
Fornos	7	5,98
Manejo do solo (tração animal)	3	2,56
Manejo do solo (mecanizado + animal)	1	0,85
Total	117*	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014). * Respostas múltiplas.

As infraestruturas de cerca, chiqueiro, curral ou cocheira e galinheiro remetem a atividade pecuária de gado de corte, de leite, recria, de suínos, espaço para recolher o gado e ordenhar as vacas e, criação de galinhas, respectivamente. A atividade agrícola está caracterizada nos diferentes tipos de manejo do solo, entre eles a tração mecanizada, animal e a integração de mecanizada/animal. Os equipamentos agrícolas são guardados no barracão/galpão e os cereais/grãos em tulhas. Ainda, há a presença de fornos, antigas construções de barro para assar pães e bolos.

Neste sentido, a pesquisa revelou que aproximadamente 65% dos assentados possuem infraestrutura deficitária, fato observado nos trabalhos de Lopes e Almeida (2012). Os autores trataram essa carência à falta ou difícil acesso a recursos tecnológicos apropriados a realidade dos pequenos produtores rurais, constituindo em uma limitante nos sistemas produtivos agrícolas (DEVES; RAMBO, 2013; FONSECA et al., 2015) e, seu agravamento pode constituir no êxodo rural (RIBEIRO et al., 2011; PEREIRA; SILVA; SILVA FILHO, 2014).

Dentre as principais culturas agrícolas desenvolvidas nos assentamentos destaca-se a produção de mandioca, pois, de acordo com os agricultores familiares, a cultura não demanda muitos tratamentos culturais e fertilidade do solo, apresentando “forte adaptação às condições ecológicas locais” (DELUQUI et al., 2012, p. 15). Além da horticultura, também há a produção de olericultura, fruticultura e grandes culturas (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição da frequência absoluta e relativa da produção agrícola dos assentamentos pesquisados.

Culturas	FA	FR (%)
Mandioca	13	17,81
Hortaliças	9	12,33
Banana	9	12,33
Milho	7	9,59
Laranja	7	9,59
Cana de açúcar	6	8,22
Feijão	5	6,85
Mamão	3	4,11
Abacaxi	3	4,11
Melancia	2	2,74
Abóbora	2	2,74
Arroz	2	2,74
Ponkan	2	2,74
Jaca	1	1,37
Manga	1	1,37
Abacate	1	1,37
Total	73*	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014). * Respostas múltiplas.

A análise da produção agrícola aponta para um sistema produtivo recorrente a policultura, sem predomínio da monocultura, conforme descrito por Carneiro (1999), que a agricultura familiar pode estar associada à agricultura de subsistência, a monocultura tecnificada e monocultura/policultura.

A produção agrícola é destinada ao autoconsumo e o excedente comercializado entre os agricultores e o comércio local, assim como observado por Gadelha e Maluf (2008) e Mota et al. (2013) com os agricultores familiares da região Norte e Nordeste de Santa Catarina. Garnica e Santos (2006), Reichert (2011) e Stein e Conterato (2013) verificaram que a agricultura familiar possui características de diversificação agropecuária, produzindo para o autoconsumo e comercializando a outra parte da produção.

Na mesa dos assentados os alimentos proporcionam uma dieta equilibrada e de qualidade nutricional (BECKER; ANJOS, 2010; SAMBUICHI et al., 2014), diminuindo a dependência em relação aos produtos industrializados. Além do consumo familiar, vê-se a oportunidade de expansão da produção e comercialização do excedente agrícola, propiciando aos assentados uma fonte de recursos complementar.

A produção agropecuária também faz-se presente nas propriedades dos agricultores familiares dos assentamentos, no qual 33% contam com rebanho leiteiro (bovino), 31% com aves, 22% com bovino de corte e 14% desenvolvem a atividade de suinocultura. Da mesma forma com a produção agrícola, os produtos são voltados ao consumo familiar e o excedente comercializado entre as comunidades e aos mercados locais, apesar do relato de baixa disponibilidade de canais para comercialização.

Entre os fatores que limitam a comercialização agropecuária dos assentados citam-se a educação formal, ferramentas gerenciais da propriedade, ausência de organização em cooperativas, associações (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005), dificuldades técnicas na produção e o acesso as políticas públicas.

Com o foco no PAA e no PNAE, nenhum dos entrevistados relataram que acessam os respectivos programas, mesmo havendo potenciais mercados ou canais de comercialização, por exemplo: no assentamento Sapiquá há a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, com 191 alunos; no assentamento Nova Esperança

a Escola Estadual 12 de Outubro, com 436 estudantes; na Comunidade Porto do Limão, próximo aos assentamentos, há a Escola Municipal Santa Catarina, com 166 alunos; e, em pequenos estabelecimentos comerciais nas redondezas.

Autores como Turpin (2009), Saraiva et al. (2013) e Sambuichi et al. (2014) apontaram o desenvolvimento da agricultura familiar e do local (território) a partir da implementação do PAA e do PNAE, ou seja, os assentamentos investigados possuem condições de produzir alimentos para o consumo e avançar na segurança nutricional das crianças e outras pessoas em estado de insegurança alimentar, consequentemente promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar.

O desenvolvimento da agricultura familiar, também representada pelos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, difere do agronegócio mato-grossense no fato de que esta produção é destinada, principalmente, a exportação (FIGUEIREDO; BARROS; GUILHOTO et al., 2005). Conforme abordado na discussão introdutória do artigo, a produção familiar participa em mais de 10% do PIB e está voltada ao comércio local, ou seja, além da produção ao autoconsumo, comercializa outra parte aos mercados locais.

O cenário investigado revelou que dentre os assentamentos o de Sapiquá encontra-se com um nível de organização, tanto socialmente quanto produtivamente, distinto dos demais assentamentos e, os agricultores familiares de Corixo em condições mais adversas. Assim, constatou-se que os assentamentos carecem de um amparo político para se desenvolverem e, uma das formas pontuais seria por meio do PAA e do PNAE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação escolar dos agricultores familiares dos assentamentos Bom Sucesso, Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá predominou-se em ensino fundamental incompleto, contraindo matrimônio e nas propriedades rurais, pequenas, utiliza-se principalmente a mão de obra familiar nas atividades agrícolas e pecuárias (policultura), entretanto contam com uma infraestrutura deficitária.

Embora sejam caracterizados como pequenos produtores rurais com limitações técnicas e de disponibilidade hídrica nos assentamentos, evidenciou-se com a pesquisa a possibilidade de implementação das políticas públicas do PAA e do PNAE devido à capacidade produtiva, a proximidade e existência de escolas e comércio local como formas de escoamento da produção agropecuária.

Para isso, os agricultores familiares dos assentamentos precisariam se organizar em associações/cooperativas e proativamente a figura dos poderes municipal, estadual e nacional, intervir no espaço e promover ações sólidas de desenvolvimento territorial da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AGAPTO, J. P. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr. 2012.

BARROS, G. S. A. C. Agricultura familiar. **Cepea**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-9, jul. 2006. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9.doc>. Acesso em: 5 ago. 2015.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos:

EdUFSCAR, 2005. p. 122-178.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, jan./jun. 2010.

BERICAT, E. **En La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social**. Significado y medida. Barcelona: E. Ariel, 1998

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília: MDA, 2011.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jul. 2012a. Seção 1, p. 3.

_____. Ministério da Saúde. **Taxa de fecundidade total**. 2012b. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2012/a05b.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 jun. 2013. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Territorial**. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

CALDART, R. S. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.

CAMARGO, E. A. O. M. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 18-28, jan./fev. 2013.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-44.

CAVALCANTE, J. T.; FERREIRA, G. E. S. A utilização de tecnologias para o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Varia Scientia Agrárias**, Cascavel, v. 3, n. 1, p. 161-9, jan./jul. 2013.

CORONEL, D. A. et al. Limites e Desafios da Agricultura Familiar. In: LANA, R. P.; GUIMARÃES, G.; LIMA, G. S. **Multifuncionalidades sustentáveis no campo: agricultura, pecuária e florestas**. Viçosa: UFV, 2013. p. 250-258.

COUTINHO, C. Q. S.; MIGUEL, M. I. R. Estatística e análise exploratória de dados: conceitos de base para o ensino e a aprendizagem da mediana e quartis. **Revista Matemática e Ciência**, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 22-38, abr. 2008.

DELUQUI, H. B. S. et al. Espaços produtivos da mandioca e seus usos em Cáceres-MT. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 7, n. 14, p. 1-22, ago. 2012.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G. Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do butiá – RS – Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 147-66, jan./abr. 2013.

DIAS, T. F. et al. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 100-29, set./dez. 2013.

FIGUEIREDO, M. G.; BARROS, A. L. M.; GUILHOTO, J. J. M. Relação econômica dos setores agrícolas do Estado do Mato Grosso com os demais setores pertencentes tanto ao Estado quanto ao restante do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 3, p. 557-75, jul./dez. 2005.

FONSECA, B. C. et al. Análise do estudo de caso da comunidade rural de São Sebastião do Soberbo, atingida pela UHE Risoleta Neves, sob a perspectiva dos conflitos, das ideias e dos argumentos. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, v. 9, n. 1, p. 116-29, jan./jun. 2015.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2009.

GADELHA, E.; MALUF, R. S. Contribuições da Produção para autoconsumo no acesso aos alimentos. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 39-43, jun. 2008. Disponível em: < <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8516.html> >. Acesso em: 29 jul. 2015.

GARNICA, L. A.; SANTOS, F. L. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 16, n. 10, p. 88-95, out. 2006.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Campina Grande, v. 5, n. 1, p. 1-17, jan./fev. 2004.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados**. Brasília, DF: MDA, 2007.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, 469-83, set./dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006, resultados preliminares**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: **Cáceres**, Mato Grosso. 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510250&idtema=134&search=mato-grosso|caceres|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

KESSELER, N. S. et al. Práticas sustentáveis nas pequenas propriedades de agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista do Centro do Ciências Naturais e Exata**, Santa Maria, v. 17, n. 17, p. 3367-75, dez. 2013.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, jul. 2012.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar y Políticas de Desarrollo Rural en Argentina y Brasil (análisis

comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários**, Buenos Aires, v. 34, p. 35-71, jan./jul. 2011.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. In: PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. (Org.). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso**. Cuiabá: Central de Texto, 2012.

MENEZES, F. A. F.; BRAIT-POPLAWSKI, L.; ROVERSI, S. M. **Elementos do sistema não contributivo de seguridade social no Brasil: do plano Fome Zero ao plano Brasil Sem Miséria**. Rio de Janeiro: IBASE, 2012.

MOTA, J. P. et al. Agricultura Urbana para além do potencial produtivo: relato de experiência sobre o território norte e nordeste de Santa Catarina. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-4, nov. 2013.

PEREIRA, T. M. S.; SILVA, J. B.; SILVA FILHO, A. P. C. As dinâmicas rurais no contexto do desenvolvimento: estudo de caso do assentamento Cícero Romana I - Paraíba. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, v. 8, n. 2, p. 47-58, jul./dez. 2014.

REICHERT L. J. et. al. Avaliação Técnica e Econômica de um Agro ecossistema familiar de base ecológica na região Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. 17, n. 4, p.123-32, jan./mar. 2011.

RIBEIRO, M. M. C. et al. Análise das causas da evasão em assentamentos de reforma agrária no estado do Tocantins. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano 28, n. 22, p. 1-30, jul./dez. 2011.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-51, set./dez. 2007.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 75-104.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A Contribuição da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Rural de Mato Grosso do Sul-Brazil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 82-99, set./dez. 2013.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-36, abr. 2013.

SCHEUER, J. M. **Agricultura familiar vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos no município de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, e seus desdobramentos socioeconômico e ambiental**. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2015.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 99-116, jan./dez. 2004.

STEIN, A. Q.; CONTERATO, M. A. Agricultura familiar e agricultura não familiar em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul: considerações a partir do Censo Agropecuário 2006. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 34, p. 1035-62, 2013. Número especial.

TURPIN M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Revista segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jan./dez. 2009.



ZART, L. L. **O que é o Campo**. Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário/PIESES. Cáceres: UNEMAT, 2011.